

WEALTH PLANNING INSIGHTS

E agora...

# O que é preciso para **mudar** **as regras tributárias**

Cinco temas que afetam o seu patrimônio,  
do Congresso aos tribunais



Outubro 2026

## NESTA EDIÇÃO

# Por que estamos falando disso

Entre 2023 e 2026, o Brasil aprovou uma sequência de mudanças tributárias que alcança diretamente o patrimônio das famílias: heranças e doações, investimentos no exterior, dividendos, previdência privada e o consumo, cuja tributação passa por uma reestruturação completa: cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) dão lugar a um novo sistema, com transição até 2033.

Com as eleições, rever ou revogar essas mudanças passou a fazer parte do debate público. A pergunta "como fazer essas alterações?" tem uma resposta:

“ Cada mudança foi feita por um tipo diferente de norma, e o tipo de norma define quem pode alterá-la, com quantos votos e a partir de quando.

Na prática, esse caminho varia muito de uma mudança para outra. Algumas só podem ser alteradas com maioria qualificada nas duas Casas do Congresso, outras dependem de lei estadual ou podem ser modificadas por decreto. Conhecer esse caminho ajuda a **separar o que pode mudar rapidamente do que exige um processo longo**.

Boa leitura.

## GLOSSÁRIO DAS NORMAS

Para facilitar a leitura, cada norma é identificada por um nome curto. A correspondência com a numeração oficial é a seguinte:

**Emenda da Reforma Tributária**  
Emenda Constitucional 132/2023

**Lei do IBS/CBS**  
Lei Complementar 214/2025

**Lei do Comitê Gestor e do ITCMD**  
Lei Complementar 227/2026

**Lei das Offshores**  
Lei 14.754/2023

**Lei do IRPF Mínimo**  
Lei 15.270/2025

**Decreto do IOF**  
Decreto 12.499/2025



## LEI DO IRPF MÍNIMO (LEI 15.270/2025) · LEI ORDINÁRIA

# Tributação de dividendos e imposto mínimo para altas rendas

Publicada em 27/11/2025 · em vigor desde 1º/01/2026 · retenção mensal já aplicada · primeiro acerto do imposto mínimo na declaração de 2027

**R\$ 50 mil**  
**10%**

por mês, por empresa: acima disso, retenção de 10% na fonte sobre o total

**R\$ 600 mil**

renda anual a partir da qual incide o imposto mínimo

A lei encerrou a isenção irrestrita de lucros e dividendos que vigorava desde 1996 e combina quatro medidas:

- **Isenção ampliada na base.** Rendimentos tributáveis de até R\$ 5 mil por mês passam a ter imposto zerado, com redução decrescente até R\$ 7.350.
- **Retenção de 10% sobre dividendos no Brasil.** Quando uma mesma empresa paga a uma mesma pessoa física residente mais de R\$ 50 mil em lucros e dividendos no mês, retém 10% na fonte sobre o **total** pago, sem deduções. A retenção funciona como antecipação, compensada no ajuste anual.
- **Imposto mínimo anual.** Quem tem renda total acima de R\$ 600 mil por ano, incluindo rendimentos isentos e tributados exclusivamente na fonte, como os dividendos, passa a se sujeitar a uma alíquota efetiva mínima. Ela cresce linearmente de 0% a 10%, que é atingido a partir de R\$ 1,2 milhão.

- **Remessa de dividendos ao exterior.** Lucros e dividendos pagos ou remetidos a beneficiário no exterior passam a sofrer retenção de 10% na fonte, **independentemente do valor**.

## 🔗 COMO MUDAR

Este é o tema com mais frentes de discussão abertas.



### Via legislativa

ISENÇÃO NA BASE  
até R\$ 5 mil

←  
compensada por

TRIBUTAÇÃO  
das altas rendas

Na prática, a lei combina perda e ganho de arrecadação: a ampliação da isenção reduz receitas, e a tributação das altas rendas as recompõe. A própria lei usa esse ganho para compensar estados e municípios pela perda nos fundos de participação e destina o eventual excedente ao cálculo da alíquota de referência da CBS do ano seguinte. Por isso, a revogação integral eliminaria também a isenção até R\$ 5 mil, e uma revogação parcial, como o fim da retenção de 10%, configuraria renúncia de receita, sujeita às exigências de estimativa de impacto e compensação da Lei de Responsabilidade Fiscal.



### Via judicial

A lei é questionada no STF, ainda sem julgamento. Na Justiça Federal, já há decisões que afastaram ou limitaram a retenção de 10% em casos concretos. A de maior repercussão é uma decisão que afastou a retenção com base no chamado **efeito degrau**: uma distribuição de R\$ 50 mil não sofre retenção, enquanto uma de R\$ 50.001 sofre mais de R\$ 5 mil, o que, para o juízo, contraria a capacidade contributiva. Há também decisões que afastam a retenção para empresas do Simples Nacional, com base na isenção prevista em lei complementar.

Essas decisões valem só para as partes e podem ser revistas, se revertidas, o imposto não retido pode ser cobrado depois. **Só uma decisão do STF em ação direta produz efeito para todos os contribuintes**, e o STF pode modular seus efeitos, por exemplo limitando a restituição a quem já discutia o tema em juízo.



## LEI DAS OFFSHORES (LEI 14.754/2023) • LEI ORDINÁRIA

# Investimentos no exterior, offshores e trusts

Publicada em 13/12/2023 · em vigor desde 1º/01/2024

**15%**

alíquota sobre rendimentos de aplicações financeiras no exterior e sobre lucros de controladas

Até 2023, o lucro de uma empresa no exterior controlada por pessoa física só era tributado quando distribuído, o que permitia diferir o imposto por prazo indefinido. A Lei das Offshores alterou esse modelo em quatro frentes:

- **Aplicações financeiras no exterior:** os rendimentos passam a ser declarados em ficha própria e tributados a 15% no ajuste anual, sem deduções, quando efetivamente percebidos (resgate, alienação, vencimento).

- **Empresas controladas no exterior:** se a controlada estiver em país com tributação favorecida ou tiver menos de 60% de renda ativa própria, o lucro é tributado a 15% em 31 de dezembro de cada ano, independentemente de distribuição. Alternativamente, o contribuinte pode optar por declarar os bens da controlada como se fossem detidos diretamente.
- **Trusts:** os bens permanecem, para fins tributários, sob titularidade do instituidor até a distribuição ou o falecimento. A transferência ao beneficiário é tratada como doação ou transmissão causa mortis, o que também repercute no ITCMD.
- **Fundos exclusivos no Brasil:** passaram a ter tributação periódica semestral (come-cotas).

## 🔗 COMO MUDAR

**Lei ordinária:** pode ser alterada por maioria simples ou por **Medida Provisória**, que precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias. Foi o que aconteceu com a MP 1.303/2025, que alterou regras desta lei para fundos e perdeu a vigência sem ser votada.

🔑 EMENDA DA REFORMA TRIBUTÁRIA (EC 132/2023) • LEI DO COMITÊ GESTOR E DO ITCMD (LC 227/2026) • RESOLUÇÃO DO SENADO • LEIS ESTADUAIS

# ITCMD: progressividade, base de cálculo, competência e bens no exterior

Emenda da Reforma Tributária promulgada em 20/12/2023 • Lei do Comitê Gestor e do ITCMD publicada em 14/01/2026

VIGENTE  
**8%** → PROPOSTA  
**16%** teto atual da alíquota e proposta em tramitação no Senado

**Valor de mercado** nova base de cálculo, para todos os bens

As mudanças no imposto sobre heranças e doações vieram em quatro frentes:

- **Progressividade obrigatória.** A alíquota passa a crescer conforme o valor do quinhão, do legado ou da doação (CF, art. 155, § 1º, VI), respeitado o teto fixado pelo Senado, hoje de 8%.
- **Base de cálculo a valor de mercado.** Para muitas famílias, esta é a mudança de maior impacto, mais do que o aumento de alíquota. A lei complementar define que a base de cálculo é o **valor de mercado** do bem ou direito na data da transmissão, para todos os bens. Na prática:

### Imóveis

#### ANTES

referências defasadas, como o valor venal do IPTU



#### DEPOIS

passam a ser avaliados pelo valor de mercado

### Quotas e ações não negociadas em bolsa

#### ANTES

transmissão de quotas de holdings pelo valor contábil, que reflete o custo histórico dos imóveis



#### DEPOIS

metodologia tecnicamente idônea, com piso no patrimônio líquido ajustado a valor de mercado, podendo incluir o fundo de comércio

O fisco pode revisar valores declarados que não reflitam o mercado, assegurado o direito de defesa.

- **Estado competente nas heranças.** Para bens móveis, títulos e créditos (aplicações financeiras, quotas e ações, por exemplo), o imposto passou a ser devido ao estado do **último domicílio do falecido**. Antes, era devido ao estado onde se processasse o inventário. Na prática, deixou de ser possível escolher o local de abertura do inventário para atrair uma alíquota menor sobre esses bens.
- **Bens no exterior.** A Constituição sempre exigiu lei complementar para o ITCMD em situações com elemento no exterior. Sem essa lei, o STF decidiu em 2021 que os estados não podiam cobrar o imposto nesses casos. A Lei do Comitê Gestor e do ITCMD supriu a lacuna:

### Qual estado cobra?



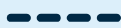
**Imóveis no Brasil:** sempre o estado onde estão localizados. Independente do local de abertura do inventário ou se o doador ou falecido for domiciliado no exterior.



**Demais bens, inclusive imóveis no exterior:** o estado de domicílio do doador ou do falecido, se ele morar no Brasil. Se morar no exterior, o estado do donatário ou do herdeiro. Se ambos estiverem fora do país, o estado onde estão os bens no Brasil.

### COMO MUDAR

São quatro camadas, cada uma com seu rito:



#### Constituição (PEC)

**Só pode ser alterada por PEC.** Ainda assim, retirar a obrigatoriedade não proibiria os estados de manter tabelas progressivas.



#### Lei complementar

**Normas gerais** (competência, fato gerador, base de cálculo): lei complementar.



#### Resolução do Senado

**O teto da alíquota** é fixado pelo **Senado Federal**. Há duas propostas em tramitação: o **PRS 57/2019**, que eleva o teto de 8% para 16%, e o **PRS 9/2025**, que mantém o teto em 8%, mas define faixas máximas de progressão. Ambos aguardam designação de relator.



#### Lei estadual

**As alíquotas e faixas** que o contribuinte efetivamente paga são definidas por **lei de cada estado**, dentro do teto.

Parte dos estados ainda não adequou sua lei à progressividade obrigatória. É o caso de São Paulo, com alíquota única de 4%, e de Minas Gerais, com 5%, ambos com projetos em tramitação, ainda sem data para votação.



DECRETO DO IOF (DECRETO 12.499/2025) • DECRETO DO PODER EXECUTIVO

## IOF: aportes em VGBL e remessas ao exterior

**R\$ 600 mil**  
**5%**

IOF sobre a parcela dos aportes anuais em VGBL acima desse valor, por CPF

**1,1% → 3,5%**

remessa para conta própria no exterior

### Aportes em VGBL

Desde 1º/01/2026, incide IOF de 5% sobre aportes em VGBL acima do limite de R\$ 600 mil por ano, por CPF, somando todos os planos do segurado, ainda que em seguradoras diferentes. A cobrança se apoia na natureza jurídica do VGBL: apesar de ser usado como produto previdenciário e de acumulação, ele é um seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência e, por isso, está sujeito ao IOF-Seguros.

### Remessas ao exterior

O mesmo decreto elevou o IOF sobre câmbio. A remessa de pessoa física para conta própria no exterior, sem finalidade de investimento, passou de 1,1% para 3,5%, a mesma alíquota de cartões e da compra de moeda estrangeira. A remessa destinada a investimento no exterior subiu de 0,38% para 1,1%. Na prática, **a finalidade declarada na operação de câmbio passou a definir o custo**. Diferentemente do IOF-Seguros, o IOF-Câmbio continua previsto na Constituição após a reforma e pode ser alterado a qualquer momento por decreto.

### Vigência

|                                                                                   |                                                       |                                                         |                                                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| ●                                                                                 | ●                                                     | ●                                                       | ●                                                |
| <b>22/05/2025</b>                                                                 | <b>11/06/2025</b>                                     | <b>1º/01/2026</b>                                       | <b>1º/01/2027</b> <b>PREVISTO</b>                |
| Decreto 12.466 cria o IOF de 5% sobre aportes em VGBL e eleva o IOF sobre câmbio. | Decreto 12.499 revoga o anterior e cria limite anual. | Passa a valer o limite de R\$ 600 mil por ano, por CPF. | Possível fim do IOF-Seguros, previsto na EC 132. |

### 🔗 COMO MUDAR

É a norma mais fácil de alterar, em qualquer direção. O Presidente pode modificar as alíquotas do IOF por decreto, dentro dos limites da lei. O Congresso pode sustar decretos que extrapolem o poder regulamentar, mas o episódio de 2025 mostrou que a palavra final pode caber ao STF.

### 2027: o possível fim do IOF-Seguros

Independentemente de qualquer nova medida legislativa, a cobrança tende a deixar de existir em 2027. A Emenda da Reforma Tributária reescreveu o art. 153, V, da Constituição: a partir de 1º/01/2027, a União não terá mais a competência sobre operações de seguro. Como o VGBL é juridicamente um seguro, o Decreto do IOF perde a base constitucional para exigir o imposto sobre os aportes e um decreto não pode manter a cobrança de um tributo cuja competência foi suprimida pela Constituição. As operações de seguro passam ao regime específico de serviços financeiros do IBS e da CBS, previsto na Lei do IBS/CBS.

## PONTOS EM ABERTO

(i) a forma como o regime do IBS/CBS alcançará os planos de previdência ainda depende de regulamentação e de definição de alíquotas; (ii) a transição pode gerar discussões sobre aportes feitos. **Para quem limitou ou adiou aportes em VGBL em 2026 por causa do IOF, a mudança é relevante na revisão do planejamento de liquidez sucessória.**



EMENDA DA REFORMA TRIBUTÁRIA (EC 132/2023) • LEI DO IBS/CBS (LC 214/2025) • LEI DO COMITÊ GESTOR E DO ITCMD (LC 227/2026)

## Reforma Tributária do Consumo: IBS, CBS e Imposto Seletivo

Cinco tributos sobre o consumo (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) são substituídos por um modelo de IVA dual:

### CBS

contribuição federal.

### IBS

imposto compartilhado entre estados e municípios, administrado por um Comitê Gestor nacional.

### Imposto Seletivo

incide sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

## O que muda



### Quanto vou pagar?

A alíquota ainda não está definida. Ela será fixada pelo Senado ao longo da transição, calibrada para manter a arrecadação. As estimativas para a alíquota-padrão do novo modelo, com IBS e CBS, variam entre **26,5% e 28%**. Cada setor terá um tratamento próprio, com alíquotas reduzidas, isenções e regimes específicos. A carga efetiva de cada empresa vai depender desse enquadramento e da capacidade de aproveitar créditos ao longo da cadeia.



### O que muda na operação?

Todas as empresas são afetadas: novos campos nas notas fiscais desde 2026, revisão de cadastros, sistemas, preços e contratos, e a convivência de dois sistemas tributários no período de transição, com mais trabalho contábil e fiscal na transição.



### E o patrimônio da família?

Operações com imóveis (locação, venda e incorporação) passam a ter regime próprio. **Holdings patrimoniais com receita de aluguel e locadores profissionais precisam simular o novo custo.**

## Vigência

**Já vale:** desde 1º/01/2026, CBS (0,9%) e IBS (0,1%) são destacados nas notas fiscais, com apuração apenas informativa e sem cobrança efetiva, desde que cumpridas as obrigações acessórias.

**Próximos passos:** em 2027, CBS cheia e extinção do PIS e da Cofins; de 2029 a 2032, redução gradual do ICMS e do ISS; em 2033, modelo completo. A maior parte dos efeitos financeiros, portanto, ocorrerá a partir de 2027, já sob o próximo governo e a próxima legislatura.



### Ritmo de implementação

Ao longo de 2026, Receita Federal e Comitê Gestor do IBS adiaram, por atos administrativos, a aplicação de penalidades, a rejeição de notas fiscais sem os novos campos e parte do calendário dos documentos fiscais. A operacionalização da reforma tem, portanto, margem para ser postergada sem mudança na lei, e esse ritmo pode variar conforme as prioridades de cada governo. **Já o cronograma de extinção dos tributos antigos está na Constituição: adiá-lo exigiria emenda constitucional.**

## 🔗 COMO MUDAR

O núcleo da reforma está na Constituição: a criação do IBS e da CBS, a extinção dos tributos antigos e o cronograma de transição. Só pode ser alterado por emenda constitucional. Os detalhes (alíquotas, regimes específicos, obrigações) estão em leis complementares, que exigem maioria absoluta. Revogar apenas as leis complementares não restabeleceria o sistema anterior: o resultado seria um tributo previsto na Constituição sem regulamentação, enquanto os tributos antigos já têm data para deixar de existir. **Não há, portanto, um ato único capaz de desfazer a reforma.** Uma reversão exigiria nova emenda constitucional e um novo regime de transição.



## QUADRO - RESUMO

## O que é preciso para mudar

RITO MAIS RÍGIDO

MAIS SIMPLES

|                                                                            | QUEM PODE PROPOR                                                                                                          | QUEM DECIDE                          | VOTOS NECESSÁRIOS                                      | SANÇÃO DO PRESIDENTE                        |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------------------------|---------------------------------------------|
| <b>Emenda Constitucional</b><br>Emenda da Reforma Tributária               | 1/3 dos deputados ou dos senadores; Presidente da República; mais da metade das Assembleias Legislativas                  | Câmara e Senado, em dois turnos cada | <b>3/5</b> (308 deputados e 49 senadores)              | Não (promulgação pelo Congresso)            |
| <b>Lei Complementar</b><br>Lei do IBS/CBS; Lei do Comitê Gestor e do ITCMD | Deputados, senadores e comissões; Presidente da República; cidadãos (iniciativa popular)                                  | Câmara e Senado                      | <b>Maioria absoluta</b> (257 deputados e 41 senadores) | Sim (veto derrubável por maioria absoluta)  |
| <b>Lei Ordinária</b><br>Lei das Offshores; Lei do IRPF Mínimo              | Deputados, senadores e comissões; Presidente da República, inclusive por Medida Provisória; cidadãos (iniciativa popular) | Câmara e Senado                      | <b>Maioria simples</b> dos presentes                   | Sim (veto derrubável por maioria absoluta)  |
| <b>Lei Estadual</b><br>Alíquotas e faixas do ITCMD                         | Deputados estaduais; Governador; demais legitimados pela Constituição estadual                                            | Assembleia Legislativa               | Conforme a Constituição estadual                       | Sim (pelo Governador)                       |
| <b>Resolução do Senado</b><br>Teto da alíquota do ITCMD                    | Senadores e comissões do Senado                                                                                           | Senado Federal                       | <b>Maioria simples</b> dos presentes                   | Não (promulgação pelo Presidente do Senado) |
| <b>Decreto</b><br>Decreto do IOF                                           | Presidente da República                                                                                                   | Presidente da República              | <b>Sem votação</b>                                     | Não se aplica (Congresso pode sustar)       |



## Quando uma mudança passaria a valer?

Um aumento de tributo precisa respeitar dois prazos, contados da publicação da lei: só pode ser cobrado **no ano seguinte e depois de 90 dias**. **Vale o que terminar por último**: por exemplo, uma lei publicada em junho produz efeitos em 1º de janeiro; uma publicada em dezembro, só em março. Reduções podem valer de imediato.

IOF vale de imediato

IR só o ano seguinte, sem os 90 dias (CF, art. 150, § 1º)

## ⌚ Quanto tempo leva?

Não há média oficial: o prazo depende de prioridade política, urgência e consenso. Confira quanto tempo levou a tramitação das normas tratadas nesta edição:

|                                                |                                                    |
|------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Emenda da Reforma Tributária (PEC 45/2019)     | <div></div> ~4 anos e 8 meses                      |
| Lei do Comitê Gestor e do ITCMD (PLP 108/2024) | <div></div> ~19 meses                              |
| Lei do IBS/CBS (PLP 68/2024)                   | <div></div> ~9 meses                               |
| Lei do IRPF Mínimo (PL 1.087/2025)             | <div></div> ~8 meses com urgência constitucional   |
| Lei das Offshores (PL 4.173/2023)              | <div></div> ~3,5 meses com urgência constitucional |
| Decreto do IOF (Decreto 12.499/2025)           | <div></div> dias                                   |

## COMENTÁRIO WP

### Nossa Visão

Mudanças tributárias relevantes raramente produzem efeito imediato. Dependem de quórum, sanção, anterioridade e, cada vez mais, de decisões judiciais.

“ Por isso, o planejamento patrimonial deve partir da norma vigente e ser testado contra cenários plausíveis de alteração.

Dois movimentos costumam custar caro: **adiar** uma decisão contando com uma mudança que talvez não venha, e **antecipar** uma decisão irreversível apenas para escapar de uma regra que talvez não se confirme. Em ambos os casos, a família pode assumir um custo certo em troca de um benefício que pode não se confirmar.

Diante disso, o trabalho de Wealth Planning não se limita a reagir a normas já publicadas. Acompanhamos continuamente projetos de lei, propostas de emenda, resoluções e decisões judiciais em andamento, e cruzamos cada um deles com a estrutura patrimonial de cada família: onde estão os bens, como são detidos, em que estados estão os herdeiros e quais operações estão previstas. É esse monitoramento personalizado que permite identificar, **antes que uma mudança se concretize**, quais patrimônios serão afetados e em que medida.

Quando um tema do planejamento estiver exposto a uma dessas mudanças, apresentaremos o custo de agir agora, o custo de aguardar e o risco de cada alternativa, para que a família resolva com clareza.

# Fortalecendo famílias, perpetuando patrimônios.

**2010**

Desde

**+5bi**

Sob gestão

**+70**

Colaboradores

**3**

Escritórios



**CITYWIRE**

melhor proposta  
de investimento  
**2024 e 2025**

**Este material tem caráter informativo e não constitui recomendação individual.**

*As análises aqui apresentadas refletem a leitura do nosso time de Wealth Planning sobre normas, projetos e decisões vigentes na data de elaboração (Outubro 2026), e não substituem a avaliação individual de cada estrutura familiar por seus assessores jurídicos e tributários. Alterações posteriores na legislação, medidas provisórias ou decisões judiciais podem impactar as informações aqui apresentadas.*

Siga a Ghia nas redes sociais:



Uberlândia · Goiânia · Cuiabá  
[ghiafamilyoffice.com.br](http://ghiafamilyoffice.com.br)

Outubro 2026